

## “OS PROFESSORES NÃO SABIAM O QUE FAZER COMIGO!”: REFLEXÕES INTERSECCIONAIS DE UMA MULHER NEGRA COM DEFICIÊNCIA

*“The teachers did not know what to do to me!”: intersectional reflections of a disabled black woman*


Josiane EUGÊNIO<sup>1</sup>  
Alex Sander da SILVA<sup>2</sup>


**RESUMO:** Este estudo, de cunho qualitativo, teve como objetivo analisar as interseções entre gênero, deficiência e raça/etnia que compõem aspectos identitários de uma mulher negra com deficiência, acadêmica do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre as seguintes questões centrais: De que maneira as questões de gênero, raça/etnia e deficiência produziram e produzem aspectos identitários na trajetória de vida desta mulher? Como os estudos feministas da deficiência podem contribuir para a compreensão das interseções entre gênero, deficiência, raça/etnia do ponto de vista analítico e político? No que se refere ao instrumento de coleta de dados, optou-se pela utilização de uma entrevista semiestruturada, dialógica, com perguntas abertas, respondidas por áudios de WhatsApp em função do momento pandêmico causado pela Covid-19. Ao longo do percurso investigativo, percebeu-se que o capacitismo ancora todos os sistemas interdependentes e interconstitutivos de exclusão e opressão e, juntamente com o racismo, sexismo, constituem a narrativa da participante, estando presente nos mais diversos espaços e âmbitos relatados a partir de suas experiências e vivências. As reflexões aqui desenvolvidas apontaram para a importância da transversalidade da deficiência nas políticas de gênero e na necessidade de incorporação dos debates sobre esta temática na história dos feminismos de forma interseccional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência. Interseções. Capacitismo.

## INTRODUÇÃO

A motivação inicial para a realização deste trabalho se deu a partir do contato com uma mulher acadêmica, negra, com deficiência, que conhecemos durante a realização do estágio de docência<sup>3</sup> da Pós-Graduação Doutorado no primeiro

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, em Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Docente de Educação Especial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC. E-mail: profjosianeugenio@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0002-8002-0815>

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul (2010). Pós-Doutorado PNPd/CAPES no PPGE/UNIMEP no Núcleo de História e Filosofia da Educação (2014). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: alexsanders@unesc.net.  <https://orcid.org/0000-0002-0945-9075>

<sup>3</sup> O estágio de docência é uma atividade curricular do Programa de Pós-Graduação e se apresenta como atividade <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2022.v23n1.p27>

semestre do presente ano, no Curso de Pedagogia de uma universidade no sul do Brasil, em aulas mediadas por recursos tecnológicos, durante a pandemia causada pela Covid-19. Desde o primeiro momento de planejamento didático junto ao docente da turma, coautor deste trabalho, procurou-se pensar nas questões de acessibilidade coadunando com os princípios de Desenho Universal para Aprendizagem – DUA<sup>4</sup>.

Na referida turma, entre os/as estudantes matriculados/as, havia uma acadêmica cega. Algumas vezes, ela abria a câmera, participava da aula de forma oral por meio do microfone na sala de videoconferência do *Google Meet*<sup>5</sup>. Era possível reconhecê-la, na grande maioria das vezes, pela sua voz e foto de seu perfil. Ao final da primeira aula, propusemos um diálogo em que foi possível a aproximação com a estudante, a fim de conhecer a respeito dos recursos de acessibilidade que utilizava e um pouco de sua trajetória escolar e de vida.

Desde então, continuamos mantendo contato com a acadêmica, ouvindo relatos de suas experiências e buscando entender algumas das desigualdades que se manifestam em sua trajetória, enquanto mulher negra, acadêmica do Curso de Pedagogia, com deficiência visual. A partir daí, realizou-se o convite para participar do presente estudo<sup>6</sup>, buscando possibilitar um espaço para que essa mulher pudesse falar sobre as suas experiências e que pudesse ser ouvida.

De antemão, esclarecemos que, mesmo que outras mulheres com o mesmo diagnóstico se interessem pela leitura deste texto ou se identifiquem com alguns aspectos que serão abordados neste trabalho, continuarão sendo diferentes dessa mulher! Defendemos, aqui, a importância de ouvir as mulheres com deficiência, de modo que elas possam narrar suas experiências de vida, o que as tocam, o que experimentam e o que acontece. Convidamos a todas, todos e todes a refletirem sobre a deficiência como uma categoria de análise, que juntamente com gênero e raça/etnia, compõe traços identitários de mulheres, em suas infinitudes de realidades e subjetividades, que cabem dentro do que é ser mulher, que estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e violência durante suas trajetórias de vidas.

De fato, a desvantagem social vivenciada pelas mulheres com deficiência, na sociedade brasileira, não é uma sentença da natureza, mas o resultado de um

---

optativa. Pode ser desenvolvido em uma das disciplinas dos Cursos de Graduação da Universidade, ou em escola de ensino médio, ou ainda em escolas conveniadas com a Instituição. O desenvolvimento e a avaliação das atividades didáticas são feitos de forma conjunta entre o/a estagiário/a e o/a professor/a da disciplina e orientador/a.

<sup>4</sup> Desenho Universal para Aprendizagem – DUA, como um princípio de cuidado que pode contribuir para a efetivação de processos educativos inclusivos em todos os níveis de ensino (BÖCK; GESSER; NUERNBERG, 2020).

<sup>5</sup> Durante as aulas de estágio, utilizamos *Hangouts Meet*, uma ferramenta oficial do Google que permite fazer videoconferências.

<sup>6</sup> Elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi enviado por WhatsApp e respondido pela entrevistada com ciência. Visando garantir o anonimato, a participante foi convidada a escolher um nome fictício, a qual optou por ser chamada de Débora.

movimento discursivo da cultura da normalidade, num sistema capacitista<sup>7</sup>, racista, sexista e classista, que viola os direitos humanos e civis de grupos específicos.

Percebe-se que a trajetória dos indivíduos com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura e contexto histórico. Ao longo da história, o conceito de deficiência foi sendo compreendido sob diferentes concepções, modificando-se ou, até mesmo, se inter cruzando em alguns momentos. Na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiência eram vistas como acometidas de castigo divino ou alguém digno de pena, que dependiam da assistência/caridade das pessoas, especialmente cristãs sem deficiência.

No Brasil, esse modelo imperou até meados de 1970, quando o movimento das pessoas com deficiência passou a ganhar força e exigir novas concepções. No século XIX, o modelo médico compreendia a deficiência como uma falha corporal, que tentava enquadrar o corpo em padrões estéticos e funcionais exigidos pela sociedade, por isso a criação de hospitais-escolas que funcionam até hoje para reabilitação e tratamento desse público (COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p. 23).

O referencial teórico utilizado neste estudo foi constituído sob uma matriz epistemológica feminista dos Estudos sobre Deficiência (2ª Geração Modelo Social – 1990 e 2000)<sup>8</sup>. Com base nessa perspectiva feminista, a manifestação de uma deficiência evidencia possibilidades de transformação social, de transcendência do sujeito aos seus limites corporais, e questiona o construto do corpo como um dado natural. A deficiência, nesse sentido, é entendida como algo que está para além da lesão do corpo, trata de uma condição humana, uma característica a mais da pessoa que, atravessada por outras características (como gênero, raça/etnia, geração, classe, sexualidade, ética), se torna uma experiência subjetiva que não deve ser supervalorizada ou minimizada.

A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 15% da população mundial viva com ao menos uma deficiência. O Censo de 2010 aponta que, no Brasil, aproximadamente 24% da população vivencia a experiência da deficiência, sendo a deficiência visual a que mais se sobressai. No entanto, a grande maioria das Pessoas com Deficiência (PCDs) nem conclui o primeiro grau, não exerce uma profissão em trabalho formal, assim como grande parte das pessoas que moram nas ruas são pessoas que apresentam alguma deficiência. Se fizermos um recorte de gênero, as mulheres com deficiência são sempre as mais esquecidas, mais pobres e mais vulneráveis. A deficiência, em mulheres nas classes mais pobres, é fruto, muitas vezes, de gestações não assistidas ou mal acompanhadas e partos de risco. Meninas,

<sup>7</sup> Traduzindo da palavra inglesa *ableism*, que significa a discriminação por motivo de deficiência e embasado pela perspectiva de Fiona Campbell (2008 *apud* IVANOVICH; GESSER, 2020, p. 2), compreende-se o “capacitismo como uma atitude que diferencia e desvaloriza as pessoas com deficiência por meio da avaliação da capacidade corporal e/ou cognitiva. O capacitismo transcende os procedimentos, as estruturas e se localiza claramente na área nas genealogias do conhecimento”.

<sup>8</sup> Ângela Davis, bell hooks, Moya Bailey, Izetta Autumn, Kimberle Crenshaw, Gesser, Marivete, Block, Pamela, Mello, Anahi Guedes, Patricia Hill Collins, entre outras.

jovens e mulheres com deficiência são muito mais vulneráveis a abusos sexuais do que as que não apresentam deficiência (DIAS, 2013).

Nesse sentido, no presente estudo buscou-se refletir sobre as seguintes questões centrais: De que maneira as questões de gênero, raça/etnia e deficiência constituem alguns aspectos da trajetória de vida dessa mulher negra, acadêmica do Curso de Pedagogia, com deficiência, aqui entrevistada? Como os estudos feministas da deficiência podem contribuir para a compreensão da deficiência do ponto de vista analítico e político? Esta pesquisa, de cunho qualitativo, busca analisar as intersecções entre gênero, deficiência e raça/etnia que compõem aspectos identitários de uma mulher com deficiência, acadêmica de um curso superior. No que se refere ao instrumento de coleta de dados, optou-se pela utilização de uma entrevista semiestruturada, dialógica, com algumas perguntas abertas e respondidas por meio de áudios de WhatsApp em função do momento pandêmico vivenciado.

Para Minayo (2010), a entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa que permite ao participante discorrer sobre o tema sem se prender às perguntas formuladas. O processo de análise das informações envolveu o trabalho de transcrição da entrevista, bem como a leitura flutuante e o arranjo dos temas. A análise dos dados se deu mediante a categorização do conteúdo, confrontando com a literatura escolhida.

Pensa-se que atribuir às mulheres com deficiência o papel de narradoras de suas próprias histórias nos ajudará a refletir sobre o quanto essas precisaram/precisam ainda se ajustar aos padrões de uma sociedade tradicionalmente pensada e arquitetada para os ditos “normais”. E, também, o quanto a força potente de suas vozes pode pautar a intersecção entre gênero, raça/etnia e deficiência na construção de uma agenda política em busca de direitos.

## **DIALOGANDO SOBRE DEFICIÊNCIA, GÊNERO E INTERSECÇÕES**

Ainda hoje, mulheres sem deficiência, de maneira geral, percebem desde cedo o quanto são diminuídas, apagadas e desvalorizadas e compreendem o quanto precisam provar, muito mais do que qualquer homem, seu valor na sociedade. O fato é que, para a maioria das mulheres com deficiência, o desafio diário de ser mulher (numa sociedade capitalista, patriarcal) se configura ainda mais difícil, pois precisam demonstrar a todo momento que são seres humanos, que estão mais vulneráveis à violência e à opressão social e que, mesmo dentro dos movimentos feministas, na grande maioria das vezes, ainda precisam lutar por visibilidade, pois esses ainda não as reconhecem em suas especificidades, deixando de abordar assuntos seguidamente relacionados às pessoas com deficiência, como acessibilidade e temas que são pautas

recorrentes, como sexualidade, maternidade, mercado de trabalho, violência, corpo e cuidado.

Na prática, a interseccionalidade não é uma soma de opressões vividas, ainda que as discriminações de gênero e de raça/etnia não sejam fenômenos que acontecem isolados, mas ao contrário, interagem, e a articulação desses sistemas discriminatórios produz experiências qualitativamente diferentes. A discriminação, marcada pelo recorte de gênero, significa, portanto, que as mulheres negras com deficiência tendem a vivenciar discriminações e outros abusos que ferem seus direitos enquanto seres humanos de forma diferente dos homens negros com deficiência, por exemplo.

A preocupação com a multiplicidade da opressão social não significa recusar o entendimento da efetividade específica de cada eixo de dominação. Por exemplo, a dominação masculina define obstáculos estruturais, institucionais e cotidianos à autonomia das mulheres, restringindo suas alternativas e reservando a elas posições desiguais relativamente aos homens. O ponto é que essas restrições não se definem da mesma forma, como dito anteriormente. Não é “como mulheres”, mas como mulheres negras ou brancas, trabalhadoras assalariadas, profissionais liberais ou proprietárias, heterossexuais ou homossexuais, que sua posição relativa se constitui. Como os mecanismos de opressão que assim se organizam não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, como destaca bell hooks (1984), na posição de oprimidas e na posição de opressoras (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 20).

A construção histórica de opressão das mulheres não será aprofundada neste trabalho, pelas limitações que este artigo acadêmico encontra, mas pensamos que seja importante refletirmos sobre a desigualdade social que produz os corpos de diferentes mulheres, na construção e reprodução de relações desiguais em que, na maioria das vezes, são colocadas em posições sociais inferiores à dos homens e expostas às diferentes formas de violência. Como podemos perceber na fala da entrevistada:

***Juntando raça, gênero e deficiência, os três juntos já sofri bastante!** Eu não digo sofrer, porque a gente vê que isso é coisa de pessoa para pessoa. Para mim eu vejo que a pessoa que comete a discriminação é ignorante, mal-informada. É uma coisa que no começo, quando eu perdi a visão me afetava, hoje não me afeta mais! Hoje para mim se me perguntarem como é que eu tomo banho, eu respondo. Mas tipo assim, quando eu sei que é para mim eu me meto e falo, por exemplo: se alguém pergunta para uma pessoa vidente ao meu lado: – Ela tem quantos anos? Ai eu pego e respondo: – Eu tenho 32. Essas coisas, assim sabe, não me afetam mais agora. Em relação à raça/etnia é mais complicado! Eles veem assim: – **Cega, negra e mulher. Tem gente que já me disse, assim: – Cheia de defeitos!** Então, não é de um dia para outro que eu acho que tudo isso vai mudar. Acho que é com tempo. Mas assim, a gente não pode ficar calada, assim, nem um pouquinho sabe?! (Débora, Entrevista pessoal, 1 ago. 2021, grifos nossos).*

Nesse sentido, Louro (2003) nos apresenta que é preciso se contrapor à argumentação de que a distinção sexual pode ser usada para justificar a desigualdade social. De que homens e mulheres, baseados em critérios biológicos distintos,

constroem relações distintas e daí resultaria o papel que cada um deveria desempenhar na sociedade. Para a autora, a distinção biológica não precisa ser negada, mas o enfoque que necessita ser dado está na compreensão de como se dá a construção social e histórica, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação que não pode desconsiderar as classes, raça/etnias, religiões, idades, entre outras.

Ainda nesse contexto, Louro (2003) nos mostra a necessidade de se desconstruir o caráter permanente e simplista de oposição binária, masculino-feminino, pensamento polarizado e dicotômico sobre os gêneros, no qual homem e a mulher são concebidos como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica de dominação-homem *versus* submissão-mulher, pois essa não seria a única e permanente forma de relação entre os grupos.

Para Werneck (2010 *apud* BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 13), “quando se considera que não há apenas diferenças entre as mulheres, mas relações de privilégio, torna-se difícil operar com o entendimento de que há alguma base comum a todas elas sem incorrer numa visão naturalista, ancorada no sexo biológico”. Para bell hooks (1984 *apud* BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 43), “A complexidade de hierarquias que não se esgotam no gênero expõe limites e contradições do feminismo como projeto transformador. Individualmente, o apoio a uma dada estrutura de poder pode permitir às mulheres galgar posições”.

Nesse sentido, para a maior parte das mulheres, a possibilidade de superar as condições atuais de exploração, dominação e opressão não está em se igualar aos homens, mas em transformar as estruturas políticas e sociais. Nicholson (2000) elucida a distinção entre os termos *gênero* e *sexo*, sendo o primeiro pensado como referência ao comportamento e personalidade – socialmente construído – enquanto o segundo se refere ao corpo – biologicamente dado. Nessa concepção de gênero, é possível perceber diferenças ligadas não apenas a fenômenos como estereótipos culturais de personalidade e comportamento, mas também às formas culturalmente distintas de se compreender o corpo como uma variável, mais do que uma constante.

Percebe-se que nem sempre está prevista nas leis e nas políticas a dimensão do gênero. Ainda no que se refere à intersecção entre diferentes marcadores sociais que podem conduzir e produzir, ao mesmo tempo, os corpos das mulheres e meninas, ou seja, ser uma mulher/menina com deficiência, negra, com baixa renda pode ser parte de uma única identidade! O fato é que precisamos reconhecer que há mecanismos de discriminação e violência de gênero e racial que operam juntos, que limitam, na prática, as chances dessas pessoas de terem acesso aos próprios direitos, que são basilares, como ensino de qualidade, atendimento médico, posições em trabalhos que sejam equivalentes às qualificações e autonomia para tomar as decisões sobre a própria vida.

*Não participo no momento de nenhum grupo ou Associação. Já participei e gostava muito [...]; parei de ir por causa de uns empecilhos. Mas foi uma associação que me ajudou muito, quando eu perdi a visão. Quando eu não acreditava mais que cego, que a gente, poderia fazer muita coisa sabe?! Como andar sozinha, locomoção, computação, braille... Até eu vi uma saída, que eu podia continuar. Que não precisava ficar só em casa escutando rádio!* (Débora, Entrevista pessoal, 1 ago. 2021, grifos nossos).

Do mesmo modo que ocorreu com os estudos feministas e de gênero, em relação às histórias de lutas do feminismo negro, a emergência dos estudos sobre deficiência teve origem nos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência, que começaram a questionar e rejeitar o modelo médico e a perspectiva de caridade como paradigma dominante para pensar a deficiência, especialmente as ativistas mulheres com deficiência, que foram as principais responsáveis pela consolidação dos estudos sobre deficiência como um projeto político-acadêmico.

O modelo social, que teve início na década de 1970 no Reino Unido, entendia que é a estrutura social que produz a deficiência, por meio das múltiplas barreiras impostas à participação social das pessoas com deficiência nas mesmas condições das demais (IVANOVICH; GESSER, 2020, p. 2). Por volta da década de 1990 e início dos anos 2000, o modelo social da deficiência demonstrou a necessidade de análises mais complexas e as críticas feministas entram no campo de estudos da deficiência com grandes contribuições, como a discussão sobre o cuidado e a interdependência (KITTAI, 2011 *apud* IVANOVICH; GESSER, 2020, p. 2).

Um grande potencial surge desse encontro entre a teoria feminista e o modelo social: a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), que foi construída a partir de um longo diálogo entre a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>9</sup> e os movimentos sociais. Ainda sobre a Convenção dos Direitos das pessoas com Deficiência (2008)<sup>10</sup>, essa reconhece a deficiência como um tema de justiça, direitos humanos e promoção da igualdade. Destaca-se em seu texto o Artigo 1º, o qual reflete o conceito de deficiência a partir de uma perspectiva do modelo social, que define pessoas com deficiência como: “[...] aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, p. 26).

Da mesma maneira, em seus artigos, reconhece a relação de gênero, nos quais fez menção à mulher com deficiência, buscando assegurar e garantir os direitos fundamentais na fase infantil do ser humano, para tratar a criança com deficiência.

<sup>9</sup> A Organização das Nações Unidas – ONU foi fundada em 1945 em substituição à Liga das Nações. É uma organização internacional cujo objetivo é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, progresso social, desenvolvimento econômico e direitos humanos, além da realização da paz mundial.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://uni.cf/3LpXy1L>. Acesso em: 4 ago. 2021.

Reconhecendo que mulheres e meninas com deficiência estão frequentemente expostas a mais riscos, como violência, lesões ou abuso, descaso ou negligência, maus-tratos ou exploração, tanto no lar como fora dele, em seu Artigo 6º determina:

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdade fundamentais;
2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção (BRASIL, 2009, p. 3).

Coadunando com a segunda geração do modelo social de compreensão da deficiência, os estudos feministas da deficiência criticam a noção de independência e defende a dependência e a interdependência como inerente à condição humana. Nesse modelo, a interseccionalidade da deficiência com outras categorias de análise, como dor, corpo e cuidado, aparecem como temas centrais na vida das pessoas com deficiência.

“O fato é que há especificidades que precisam ser avaliadas como o isolamento social, a dependência de cuidadoras/es, o tipo de deficiência, a impossibilidade de defesa de algumas mulheres à percepção e à reação diante do abuso levam a situações de maior risco desse grupo social” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 647).

Para Ivanovich e Gesser (2020, p. 3), “essa perspectiva sobre deficiência produz fissuras no capacitismo, na medida em que denuncia as barreiras que impedem os corpos com diferentes condições funcionais e estéticas de participar de forma justa”. Assim como gênero, a deficiência é uma narrativa culturalmente fabricada sobre o corpo e, em função disso, perpassa todos os aspectos da cultura. Ela estrutura instituições, produz subjetividades, práticas culturais, comunidades históricas e posicionamentos políticos (GARLAND-THOMSON, 2002 *apud* BAILEY; MOBLEY, 2019).

Concordando com Mello e Nuernberg (2012), a deficiência pode ser compreendida como uma experiência marcada por processos de gênero, que nos levam a problematizar a ideia de dupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência a partir da consideração da diversidade que comporta esse grupo.

Nesse sentido, ao discutir o feminismo interseccional que busca contemplar todas as mulheres e conciliar as demandas de gênero com as de outras minorias, compreendemos, portanto, que não podemos analisar separadamente raça/etnia, deficiência, classe social, entre outros, que constituem as subjetividades dos sujeitos, possibilitando-as existirem a partir das diferenças e a participarem da sociedade em condições de igualdade.

Para Gesser< Nuernberg e Toneli (2014, p. 3), “A intersecção das questões de gênero com as relacionadas à deficiência é um importante aspecto a ser considerado



no estudo da experiência da deficiência”. Hoje, em grande parte da literatura, é a “noção de interseccionalidade, que tende a condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão. Ela foi desenvolvida a partir da década de 1980, nos trabalhos de feministas de língua inglesa, nos Estados Unidos e na Inglaterra” (DENIS, 2008 *apud* BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 44).

Na prática, a noção de interseccionalidade permite compreender que os sistemas de dominação são múltiplos. Conjuntamente, “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas das pessoas e constituem instituições e políticas que as afetam” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

## O CAPACITISMO E O RACISMO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER NEGRA COM DEFICIÊNCIA

Ainda hoje, muitas mulheres com deficiência, no Brasil e no mundo, vivem isoladas do convívio social, presas em suas casas ou confinadas em instituições pela própria família e incapacitadas de controlarem a própria vida. As narrativas da deficiência que associam essa população como digna de pena e de ações de caridade, assim como o ideal corpo-normativo reiterado pelo modelo biomédico ainda estão presentes, tornando-se obstáculos na luta pelos direitos dessas pessoas a uma vida ordinária.

Um dos elementos que dificultam a participação social das pessoas com deficiência, já mencionado anteriormente, é o capacitismo, que está presente no cotidiano, e se materializa por meio de atitudes preconceituosas e discriminatórias, classificando as pessoas em relação à forma como seus corpos estão, em semelhança aos padrões de beleza e à capacidade funcional, colocados na sociedade. O capacitismo leva as pessoas com deficiência a serem tratadas como incapazes de trabalhar, aprender, cuidar, amar, sentir, desejar e serem desejadas. Como tal, o capacitismo priva as pessoas com deficiência de vários direitos (IVANOVICH; GESSER, 2020). Como podemos perceber na fala da entrevistada, o capacitismo marcou sua trajetória escolar:

*[...] Os professores não sabiam o que fazer comigo. Eu tive uma sorte, assim, que os materiais eram apostilas na época. Eles me davam para mim levar para a Associação e a professora de Braille ditava tudo para mim e a gente fazia os exercícios e deu para ter uma base. Mas não é totalmente, nenhum negócio, vou dizer, totalmente assim bom. Assim não fica uma coisa boa. Assim tu tem que depender de muita coisa para poder entender, porque eu sou do tipo que tem que ler e ler várias vezes, para poder entender o assunto. Sou meio lenta para isso. O ensino médio foi assim eu fiz supletivo. [...] A gente tem que pensar tudo quando tem um deficiente visual numa sala de aula. Eu sempre brincava assim: – Ó era 1 cego 9 surdos e mais 25 alunos na sala. [...] Acabei engravidando [...] Eu terminei o CEJA com dificuldades. Não tinha como conseguir um notebook para mim ter mais autonomia para mim gravar as aulas, anotar as coisas que eu precisava, e às vezes assim, **eu acho até que os professores me davam nota até para talvez eu sair de lá** (Débora, Entrevista pessoal, 1 ago. 2021, grifos nossos).*

Sabe-se que a formulação de Políticas Públicas relativas à educação inclusiva no Brasil tiveram papel fundamental na busca por materializações das ações voltadas à educação das pessoas com deficiência no país, tentando garantir que de fato a participação de estudantes com deficiência acontecesse no processo de aprendizagem, como a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), que garante a defesa da matrícula do estudante público-alvo da educação especial (com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades/Superdotação) na escola comum, e oferece suporte transversal a todos os níveis de ensino, o que vem demonstrando um expressivo aumento de pessoas com deficiência no ensino superior.

A entrevistada menciona o quanto, na graduação, vêm sendo efetivados os processos necessários à sua inclusão, mesmo que ainda necessite de melhorias, e o quanto essas barreiras atitudinais, aspectos de mobilidade e acessibilidade interferem no processo de autonomia e acesso, além da independência para planejar um futuro melhor.

***E hoje na graduação acho que com o passar dos anos mesmo, a acessibilidade está muito melhor! Eu acredito. Quando tem algum professor, vamos dizer que nos deixa no escuro, não é por falta de vontade, mas porque esquece devido às muitas demandas. A única dificuldade que a gente tem agora no momento a questão do sistema acadêmico, que a gente não consegue baixar e nem postar, isso tá dificultando um pouco a nossa autonomia [...]. Mas materiais com audiodescrição e tudo mais é muito, muito, muito legal. [...] Mas enfim, a graduação está sendo muito, muito acessível! Vamos dizer que a gente consegue tudo que é solicitado, eles disponibilizam para nós. E eu estou bem feliz! Tô bem feliz mesmo, com a graduação! [...] E a minha expectativa é me formar! Como eu sou muito tímida, muito envergonhada, eu gostaria de trabalhar com livros ou professora de braille. Queria ser uma professora de braille para ensinar. Não queria trabalhar com o público em geral. [...] é isso que eu pretendo ser e fazer, como eu já amo livro e amo braille, eu acho que isso caberia muito bem a mim*** (Débora, Entrevista pessoal, 1 ago. 2021, grifos nossos).

No campo da legislação vigente, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), estendendo a participação para outras áreas, como saúde, educação, trabalho, assistência social, afirma autonomia às pessoas com deficiência a exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Assim, destaca-se que a presença de preconceitos e discriminações não é aceita no corpo jurídico do país. Um exemplo que aparece na narrativa da entrevistada diz respeito à inclusão no mercado de trabalho e à Lei nº 8.213 de 1991<sup>11</sup>, conhecida como “Lei de Cotas”, na qual a empresa com cem ou mais funcionários deve ter entre 2 e 5% dos trabalhadores com deficiência.

---

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Inclusão no mercado de trabalho: Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 29 anos. *Agência de Notícias*, Brasília, DF, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rD87GS>. Acesso em: 10 fev. 2022.

*Sabe que tem aquela cota, que eles têm que botar um deficiente para empresa, aquela coisa blá blá blá. Só que na hora, ali, não sei se é a minha cara que eu não tenho uma cara muito simpática, eu não sou muito aberta, assim eu sou bem sorridente, mas eu não sou muito aberta em relação a mim mesmo. Então daí talvez isso tenha dificultado. Mas nos lugares que eu tentei trabalhar, então não deu certo. Sei lá é que há falta de preparo, tem que ter aquela cota, mas a hora que chega uma pessoa com deficiência é complicado. Eles não estão preparados, assim como no ensino médio, como no ensino fundamental [...]. Como vou dizer, empresários não estão preparados para receber deficientes, né? Até cadeirante, assim deficiente físico eu acredito que seja um pouquinho mais fácil, assim, conseguir vaga. No dia que eu fui concorrer ali [...] tinha eu e o deficiente físico, eles preferiram o deficiente físico, talvez porque ele tinha estudado mais ou também porque eu tinha recém terminado ensino médio. Ai também tem esse contexto todo. **Mas enfim, não vai ser a primeira e nem a última vez!** Se a gente desistir na primeira fica complicado... (Débora, Entrevista pessoal, 1 ago. 2021, grifos nossos).*

Um dos grandes desafios impostos à Pessoa com Deficiência na atualidade é o de garantir que as leis sejam colocadas em prática no Brasil. Principalmente nos postos de trabalho, os empregadores muitas vezes violam concepções de adaptações razoáveis que poderiam oferecer possibilidades dignas de os trabalhadores com deficiência poderem exercer com autonomia o trabalho. Soma-se, ainda, a ideia capacitista de oferecer “ajuda” aos/as trabalhadores/as, a fim de que “superem” sua deficiência e seus limites, e possam viver em um mundo “normal”, no qual precisam provar a si mesmos serem “capazes”, estimulando os demais a vê-los como exemplos de persistência, coragem e determinação a ser seguido.

Aliás, o mercado de trabalho é considerado *locus* privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso quanto as condições de ingresso nesse representam importantes etapas na trajetórias dos sujeitos, marcadas, muitas vezes, por efeitos discriminatórios, racistas e capacitistas de ideias como as de que não há racismo no Brasil, de que o problema é estritamente de classe, ou ainda, de que as mulheres negras já conseguiram romper as barreiras existentes por estereótipos racistas de serem “mais fortes” e, por isso, até mais resistentes à dor.

Collins (2000) traz a ideia de matriz da dominação – conceito em que raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão inter-relacional. A autora propõe que as mulheres negras e outros grupos marginalizados sejam colocados no centro das análises, abrindo a possibilidade de diálogo na instância conceitual, invertendo o foco das pesquisas para a observação de outros fatores que possam elucidar melhor cada contexto específico da interação entre as opressões. Collins aborda, ainda, a forma como os estereótipos vinculadas à representação social são fontes inesgotáveis de violência contra as mulheres negras e, também, confinadores sociais.

Analisar a violência contra as mulheres é um desafio, e muitos estudos têm discutido que a violência é marcante nas relações desiguais de gênero entre homens

e mulheres, relacionando-se com as opressões de raça/etnia, classe social, orientação sexual e outras formas de preconceito e discriminação. Um dado importante que poderia ser analisado de gênero, raça/etnia e deficiência seria identificar o tipo de relação que as mulheres violentadas tinham com seus agressores, pois em alguns textos encontrados no decorrer da escrita deste artigo, por exemplo, sobre o retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, verificou-se que as mulheres negras foram majoritariamente agredidas por pessoas da sua rede de conhecidos, enquanto mulheres brancas foram percentualmente mais agredidas por desconhecidos (MARCONDES *et al.*, 2013).

Isso se intensifica ao olharmos para as vulnerabilidades sociais a que as mulheres negras com deficiência estão mais expostas em suas casas ou em instituições de confinamento, especialmente se pensarmos nas condições “materiais” para que de fato essas violências sejam identificadas, denunciadas e registradas. Inclusive, não foi possível encontrar dados que caracterizassem o fenômeno da violência contra as mulheres negras com deficiência no Brasil.

Outra comparação que pode ser usada para exemplificar as diferenças raciais entre homens e mulheres, levando em consideração a classificação racial/étnica, diz respeito às desigualdades educacionais no ensino superior, em que a presença de mulheres negras é muito inferior à de mulheres e homens brancos e de homens negros. De acordo com os dados, passa a haver uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e os homens brancos. Uma segunda observação que pode ser feita sobre a taxa líquida de escolarização no ensino superior é de que, em 2009, a diferença entre mulheres brancas e negras era de 13,9 pontos. Se comparadas as mulheres brancas aos homens negros, essa diferença sobe para 17,1 pontos percentuais (MARCONDES *et al.*, 2013).

Cabe, aqui, colocar algumas questões que devem ser observadas: Quantas dessas são mulheres com deficiência? Além disso, pensando na importância da efetivação de políticas de promoção de ingresso e permanência desses grupos nas universidades, para eliminação das barreiras e superação do capacitismo, quanto ainda precisamos avançar? De que forma podemos contribuir?

É possível perceber o quanto a relação entre deficiência e normalidade e a produção do capacitismo estrutural e estruturante atravessa diferentes contextos. O difícil trabalho interseccional e interdisciplinar a ser realizado em diferentes espaços sociais e econômicos, num mundo que não foi projetado para pessoas com deficiência, com a prevalência de escadas em conjunto com atitudes discriminatórias e sistêmicas, atribuem limitações ao acesso ao conhecimento de todos, todas e todes que fogem do ideal de sujeito enquadrado dentro das capacidades normativas/corpo-normatividade.

De acordo com Bailey e Mobley (2019, p. 23), além de todas as questões já levantadas, gênero, classe e raça/etnia também determinam a maneira como as pessoas são tratadas, interpeladas, se têm ou não acesso a recursos ou se movem na sociedade.

Pessoas marcadas por essa intersecção tendem a ser mais vulneráveis à deficiência, já que a deficiência pode estar relacionada também a outros indicadores, como qualidade do saneamento básico, rede de esgoto, acesso à água potável, alimentação de qualidade, entre outros, que podem tornar as pessoas mais ou menos propensas a desenvolverem deficiências.

A entrevistada mostra que, desde cedo, ainda na infância, vivenciou múltiplas formas de discriminações e violências de gênero e raça/etnia que deixaram marcas negativas, memórias que não se apagam, mesmo com o passar dos anos:

*Como eu nasci em B. morei lá até os primeiros anos da escola de primeiras letras iniciais e como é uma terra de alemães, **teve bastante preconceito em relação a minha cor.**[...] Vou te contar um caso de uma escola que eu estudei. Foi assim, tinha uma professora no pré que não gostava de mim particularmente. **Não sei se era por causa da cor mesmo.** Ela me excluiu totalmente! Tu sabe o que é uma criança de 6 / 5 anos perceber que a professora não estava incluindo nas brincadeiras? Então, ela me botava para dormir e os outros iam para o parquinho brincar. Ai eu chorava na sala. E teve uma vez que ela pegou uma vara, me deu umas varadas e disse que se eu continuasse chorando quando ela voltasse para a sala a surra seria maior! Então eu parei de chorar. Fiquei quietinha. Pensei eu vou ficar quietinha. E isso foi acontecendo sempre. Até que um dia, minha mãe foi me dar banho e ai ela viu aquelas marcas sabe, daí só sei que como eu era pequena, não entendia muito, tem bastante coisa que eu não me lembro, mas lembro que deu polícia na escola, enfim, isso é uma lembrança negativa da minha infância na escola (Débora, Entrevista pessoal, 1 ago. 2021, grifos nossos).*

Em suma, em uma análise orientada pelo paradigma da interseccionalidade, na qual as relações de gênero, raça/etnia e deficiência têm centralidade, conjuntamente com outros marcadores sociais da desigualdade, precisamos pensar sobre a importância das lutas coletivas. É necessário refletir sobre as estruturas que definem padrões sociais, racismo, dominação de gênero e de classe que podem posicionar as mulheres nas relações em que sua individualidade, e mesmo sua humanidade lhes são recusadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações obtidas neste trabalho evidenciaram que a experiência da deficiência é marcada por processos de gênero e raça/etnia, levando à mútua constituição das dimensões que compõem as mulheres, e que têm potencial analítico e político para pensarmos políticas de enfrentamento às violências, em busca de práticas sociais inclusivistas e de emancipação social para todos, todas e todes. Também evidenciou-se que gênero, raça/etnia e deficiência são categorias que se interseccionam e, portanto, não podem ser analisadas separadamente no processo de constituição das mulheres.

Nesse sentido, os estudos feministas da deficiência se apresentam como possibilidade potente de luta pelos próprios direitos, que são basilares para todas as meninas e mulheres, especialmente àquelas que enfrentam formas específicas de

vulnerabilidade social, como o ensino de qualidade, atendimento médico, posições em trabalhos que sejam equivalentes às qualificações e autonomia para tomar as decisões sobre a própria vida. Não obstante sua complexidade, o tema emerge como questão indispensável para o projeto de consolidação de políticas públicas numa sociedade que apenas recentemente reconheceu as demandas dessas pessoas como uma questão de direitos humanos.

Ao longo deste estudo, que teve por objetivo refletir de que maneira as questões de gênero, deficiência e raça/etnia produziram alguns aspectos da trajetória de vida da entrevistada, percebeu-se que o capacitismo ancora todos os sistemas interdependentes e interconstitutivos de exclusão e opressão, juntamente com o racismo e o sexismo, constituem a narrativa da participante, estando presente nos mais diversos espaços e âmbitos, relatados a partir de suas experiências e vivências em sociedade.

Assim, sem pretensões de chegar a conclusões, este artigo não esgota aqui suas possibilidades de estudo. As reflexões embrionárias aqui desenvolvidas apontam para a importância da transversalidade da deficiência nas políticas de gênero e na incorporação dos debates sobre deficiência na história dos feminismos, buscando a constituição de uma política de coalizão, considerando os múltiplos marcadores identitários e sua articulação no processo de constituição e subjetivação produzido na experiência de possuir um corpo com lesão, que nos obriga a pensar outras formas de existir e viver em sociedade.

Não podemos deixar de agradecer a “Débora”: seremos eternamente gratos pelo nosso encontro, mesmo que de forma remota; nossas vozes se encontraram e, entre tantas coisas que aprendemos em meio a um semestre pandêmico, é que é sempre possível “buscar uma saída, para continuar!”. Aos encontros de estudos que nos permitiram aprender sobre gênero, deficiência, raça/etnia e intersecções, desconstruindo tudo o que pensávamos saber a respeito, nos inspirando a aprofundar os estudos nessa área. Ainda que, muitas vezes, os conceitos buscados para este texto se apresentassem, na grande maioria dos trabalhos, com recortes que parecem de certa maneira dissociada, fazendo revirar-nos pelo avesso para “des-costurar” as reflexões e narrativas da entrevistada com o referencial teórico selecionado.

Por fim, inspirados pela filósofa e militante Ângela Davis, a qual afirma sobre racismo que “numa sociedade racista não basta não ser racista é preciso ser antirracista” (DAVIS, 2016), acreditamos que, numa sociedade excludente, não basta não ser capacitista, é preciso ser “anticapitista”. Acrescentamos, também, que em nossas pesquisas, precisamos cada vez mais fazer “com/juntes”, buscando alternativas que rompam com o capacitismo e ofereçam visibilidade à temática sobre deficiência, gênero, raça/etnia e intersecções no meio acadêmico e científico.

EUGÊNIO, J.; SILVA, A. S. “The teachers did not know what to do to me!”: intersectional reflections of a disabled black woman. *Marília*, v. 23, n. 01, p. 27-42, 2022.

**ABSTRACT:** This qualitative study aimed to analyze the intersections between gender, disability and race/ethnicity that make up the identity aspects of a black woman with a disability, an academic in the pedagogy course. In this sense, we sought to reflect on the following important questions: How do gender, race/ethnicity and disability issues produce and identify identity aspects in this woman’s life trajectory? How can feminist disability studies contribute to understanding the intersections between gender, disability, race/ethnicity analytically and politically? Regarding the data collection instrument, we chose to use a semi-structured, dialogic interview, with open questions, answered by WhatsApp audios due to the pandemic moment, leak by the Covid-19 virus. Along the investigative path, it is sought that capacitance anchors all interdependent and interconstitutive systems of exclusion and oppression, along with racism, sexism, the narrative of participation, mandatory present in the most diverse spaces and spheres, reported from their experiences and experiences. As reflections developed here, they pointed to the importance of the transversality of disability in gender policies and the need to incorporate debates on this theme in the history of feminisms in an intersectional way.

**KEYWORDS:** Disability. Intersections. Capacitance.

## REFERÊNCIAS

BAILEY, M.; MOBLEY, I. A. Work in the intersections: a black feminist disability framework. *Gender & Society*, v. 33, n. 1, p. 19-40, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3HMFpcc>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 20, p. 27-55, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3syK4Is>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BÖCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. Desenho universal para a aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 24, n. 1, p. 143-160, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3JgvRGI>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: *Decreto Legislativo nº 186*, de 9 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2011. 100 p. Disponível em: <https://bit.ly/3rEVOtt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3sAiqun>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3yZmZB7>. Acesso em: 8 jul. 2021.

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, a. 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3gPxX27>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- CAMPBELL, F. K. Refusing able(ness): a preliminary conversation about ableism. *M/C Journal*, v. 11, n. 3, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3HHLxCH>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. *Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania.*: São Paulo: União Europeia, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gGIkax>. Acesso em: 23 set. 2020.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York; London: Routledge, 1990.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, A. *A mulher: raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA, 2., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013. p. 1-14.
- GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. Gênero, sexualidade e a experiência da deficiência em mulheres do sul do Brasil. *Annual Review of Critical Psychology [On-line]*, v. 11, p. 417-432, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3oBimcM>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- IVANOVICH, A. C. F.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. *Quaderns of Psicologia*, v. 22, n. 3, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JnSLMz>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- LOURO, G. L. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 57-87. Disponível em: <https://bit.ly/3BavSt2>. Acesso em: 20 set. 2020.
- MARCONDES, M. M. et al. (orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2013. 160 p. Disponível: <https://bit.ly/3oBkuBi>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas [On-line]*, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3rFwB24>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3LoMC4o>. Acesso em: 12 ago. 2021.

---

Data de submissão: 04/012/2021.

Data de aceite: 25/02/2022